



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017

e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo, inclusive com a realização de testes de aderência das hipóteses e premissas utilizadas nos últimos estudos para apurar o real déficit, os custos a ser incorridos para seu equacionamento e a capacidade financeira do ente para seu custeio. A proposição de medida judicial para emissão do certificado de regularidade previdenciária (CRP) está no contexto da necessidade de prazo à conclusão do projeto devido a sua complexidade e repercussões administrativas, financeiras e sociais.

Por fim, há em andamento o projeto de reorganização do RPPS e da reestruturação do IPREM com estabelecimento da infraestrutura necessária para adoção das melhores práticas de gestão previdenciária em patamares compatíveis com o programa de certificação institucional nos termos da Portaria do então MPS nº 185/2015, e hoje Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MPTS).